



UNIVERSIDADE GAMA FILHO

Curso: Inteligência Estratégica

MARLON DOURADO

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE SEGURANÇA PARA
DIGNITÁRIOS DO PODER JUDICIÁRIO**

BRASÍLIA/DF

2010



UNIVERSIDADE GAMA FILHO

Curso: Inteligência Estratégica

MARLON DOURADO

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE SEGURANÇA PARA
DIGNITÁRIOS DO PODER JUDICIÁRIO**

Monografia apresentada a Universidade Gama Filho como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Planejamento de Ações de Segurança que Visem a Proteção de Dignitários do Poder Judiciário.

Orientador: Professor Marco Antônio dos Santos

BRASÍLIA/DF

2010

MARLON DOURADO

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE SEGURANÇA PARA
DIGNITÁRIOS DO PODER JUDICIÁRIO**

Monografia apresentada a Universidade Gama Filho como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Planejamento de Ações de Segurança que Visem a Proteção de Dignitários do Poder Judiciário.

Monografia julgada e aprovada:

Professor Orientador

Membro da Banca

BRASÍLIA/DF

2010

À Kátia, Letícia e Mariana, pela compreensão e paciência nas minhas ausências.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Marco Antônio dos Santos, pela atenção e preciosa orientação.

“O futuro pertence àqueles que acreditam na beleza dos seus sonhos.”

Elleanor Roosevelt

RESUMO

O presente estudo pretende demonstrar que a elaboração de técnicas operacionais de segurança executadas por uma equipe de agentes capacitados e bem equipados possibilita a redução máxima dos riscos a que estão submetidos as autoridades do Poder Judiciário. A importância de um plano de segurança já definido e treinado exhaustivamente através de ações coordenadas permite alcançar os objetivos estabelecidos.

Palavras-chave: Planejamento tático operacional, proteção ao dignitário e diminuição de riscos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ajufe	Associação dos Juízes Federais do Brasil
Anamantra	Associação Nacional dos Magistrados
PCC	Primeiro Comando da Capital
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
STJ	Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	ATENTADOS CONTRA DIGNITÁRIOS.....	11
3	ATENTADOS CONTRA DIGNITÁRIOS NO BRASIL	14
4	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE SEGURANÇA	18
4.1	Planejamento tático de segurança.....	18
4.1.1	Execuções das ações preventivas de segurança nos eventos do Poder Judiciário	22
4.1.1.1	Formação e atuação das equipes de segurança	22
4.1.1.2	Comboio.....	24
4.1.1.3	Itinerários	25
4.1.1.4	Emboscadas	26
4.1.1.5	Proteção do dignitário durante o evento	26
5	CONCLUSÃO.....	29
	REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

Os motivos que justificam a realização desta pesquisa direcionam para a proteção do bem maior a ser tutelado. A vida humana não tem preço e qualquer estudo que possa contribuir para a preservação da mesma passa a despertar o interesse de toda sociedade. As autoridades que julgam criminosos e causas que envolvem indenizações e interesses da coletividade não podem estar sujeitas a qualquer tipo de pressão, devendo para tanto exercer o seu ofício conforme seus princípios, ou seja, sem a interferência de terceiros.

O interesse por este tema surgiu durante a minha atuação como agente de segurança na Conferência Ibero Americana de Cortes Supremas do Poder Judiciário, realizada em fevereiro de 2008 na cidade de Brasília. Esse evento realizado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e contou com a participação de magistrados de toda América latina, além de Países como Portugal e Espanha. Durante os dias do evento, a equipe de segurança do Superior Tribunal de Justiça atuou com boa parte de seu efetivo e contou também com a participação de agentes da Polícia Federal.

A experiência adquirida nesse evento foi altamente positiva, principalmente pelo intercâmbio estabelecido com agentes de segurança da Polícia Federal e de outros Países, além do planejamento executado de maneira satisfatória. A complexidade das ações desenvolvidas durante o período de realização deste evento acabou servindo como inspiração para o desenvolvimento deste estudo.

Essa monografia tem como objetivo destacar a importância da criação de um planejamento estratégico de segurança, cuja finalidade é dar suporte a eventos envolvendo autoridades do Poder Judiciário. A pesquisa que abrange este tema é exploratória e bibliográfica, já que os procedimentos metodológicos deste estudo deverão ser apresentados através da pesquisa à legislação vigente, livros, revistas e artigos da Internet.

O planejamento tático deverá abranger, de forma ampla, os procedimentos cabíveis para redução máxima do grau de risco que um evento

nacional ou internacional de magistrados venha sofrer. Essa conduta deverá enfocar a segurança preventiva e a segurança velada no momento do acontecimento do evento.

2 ATENTADOS CONTRA DIGNITÁRIOS

Desde a Antiguidade, atentados que tem por objetivo a intimidação daqueles que exercem o Poder, são acontecimentos indesejáveis e rotineiros merecem um estudo mais aprofundado. A autoridade, ou seja, aquele que exerce uma função de mando, normalmente atrai para si certo antagonismo de uma parcela da sociedade. Ao exercer função de autoridade, o dignitário sempre irá contrariar aos interesses de pessoas, grupos e até mesmo de governos estrangeiros, os quais podem tramar e executar as ações adversas, contra as quais o Serviço de Segurança deverá estar pronto a se opor.

Preliminarmente é importante definir o conceito de dignitário. Para o Major da Polícia Militar do Distrito Federal, Alexandre Sérgio Vicente Ferreira (2008, apud SILVA, 2009), “dignitário é aquele que exerce cargo elevado, de alta graduação honorífica e que foi elevado e que foi elevada a alguma dignidade. É o VIP”. (1)

É importante ressaltar que utilizações e ameaças, geralmente costumam partir de uma multidão que abriga os mais sérios tipos de sujeitos desajustados, tais como assassinos, bandidos, psicopatas, terroristas, débeis mentais e tantos outros que se escondem ou se misturam para que sejam confundidos com as pessoas normais. Na história da humanidade, alguns atentados contra dignitários podem ser citados como exemplo de falta de planejamento de ações de segurança preventivas.

O assassinato do Presidente norte americano John Kennedy em 22 de novembro de 1962 na cidade de Dalas (2), provocou uma enorme comoção mundial. O suposto assassino, o ex-combatente, atirador de fuzil da Marinha Americana, conhecido como Lee Oswald, possuía características que poderiam tipificar um sujeito perigoso. Anteriormente ele já tinha fracassado na tentativa de praticar um atentado contra o General americano Edwin Walker, além de ter renunciado seu passaporte americano enquanto morou na União Soviética.

É importante ressaltar que nesse episódio, o Serviço Secreto sugeriu ao Presidente Kennedy que usasse uma capota protetora no veículo que o

conduziria desde o aeroporto. Diante a recusa do Presidente norte americano, a sua proteção tornou-se vulnerável e foi o fator fundamental para a ocorrência de um desfecho trágico nesse episódio. Fica a lição de que, num ambiente hostil, jamais se deve trabalhar com possibilidades e sim com a certeza de um perigo real.

No dia 30 de março de 1981 aconteceu o atentado contra o Presidente americano Ronald Reagan (3), só que desta vez o criminoso foi impedido de assassinar sua vítima graças à ação corajosa de um agente do Serviço Secreto. O autor do atentado, John Hinckley Júnior, já havia sido detido anteriormente no aeroporto de Nashville quando fracassou na tentativa de assassinar o Presidente Jimmy Carter.

Hinckley era um maníaco depressivo que enviara inúmeras cartas à atriz Jodie Foster tentando impressioná-la após assistir ao filme “Taxi Drive”. Em uma das cenas do filme, o protagonista Robert de Niro, que contracenava com Jodie, ameaça matar o Presidente dos Estados Unidos. Mais tarde o pai de Hinckley declarou a imprensa que seu filho praticou o atentado só para chamar a atenção da atriz.

O atentado ocorreu no momento em que o Presidente Reagan retornará ao carro presidencial após uma solenidade. Quando alguém gritou: “Mr. Presidente” e Reagan virou-se para acenar, foi alvejado por o disparo de uma bala que lhe atingiu o lado esquerdo do tórax, bem próximo ao coração. A sorte é que Hinckley errou dois disparos que atingiram pessoas próximas ao Presidente, permitindo que o Agente Secreto Timothy McCarthy surgisse como um escudo humano e recebesse mais um tiro endereçado ao Presidente. Após esse último disparo, Hinckley foi imobilizado por um cidadão comum chamado Alfred Antonnuci, até que a equipe de segurança controlasse a situação.

As lições tiradas deste atentado revelam que apesar da ação corajosa do agente Timothy, do deslocamento imediato do comboio presidencial em direção ao hospital mais próximo, da captura imediata do agressor e demais procedimentos pós-atentado, revelaram-se as seguintes falhas no planejamento da segurança presidencial:

Em primeiro lugar, constatou-se que o veículo presidencial não estava estacionado na posição adequada para o embarque da autoridade numa situação de

emergência. Esse procedimento simplório deveria ter sido exaustivamente ensaiado, possibilitando a equipe de segurança dispor de alternativas para evitar um ataque surpresa por parte do agressor.

O agressor só teria acesso a uma posição tão próxima ao Presidente, através da convivência da equipe de segurança ou através de socos e safanões, o que teria despertado a atenção de todos. É notório que toda equipe de segurança envolvida na proteção pessoal do Presidente detém a contenção de qualquer tipo de ameaça que se aproxime tão perto como o agressor conseguiu.

E finalmente, pelo histórico do agressor, que já havia sido denunciado por atentado à outra autoridade, além das ameaças à atriz Jodie Foster, por que motivo ele não estava relacionado na lista das 2.000 pessoas consideradas ameaçadoras ao Presidente disponibilizada pelo Serviço Secreto?

A menção desses dois atentados contra dignitários que possuem o seu favor um dos melhores sistemas de segurança do mundo serve para uma reflexão quanto à importância de um Planejamento Estratégico a ser utilizado em eventos com a presença de autoridades. Somente através da implantação de um plano tático bem elaborado, a equipe de segurança vai dispor de uma estratégia de proteção ao dignitário.

3 ATENTADOS CONTRA DIGNITÁRIOS NO BRASIL

No Brasil, os atentados contra dignitários do Poder Judiciário, objeto deste estudo, revelam que a autoria das ações criminosas, ao contrário dos atentados anteriormente citados, possui seus executores estabelecidos no crime organizado. É possível citar alguns atentados divulgados pela mídia contra magistrados do Poder Judiciário, que preocupam a sociedade brasileira. Dentre as matérias publicadas, algumas merecem destaque:

Em artigo do sítio Terra, Francisco Alves Filho (4) relata a preocupação da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) com a quantidade de atentados a que estão submetidos advogados, promotores e juízes, no combate aos crimes praticados pelas quadrilhas do crime organizado. Nessa matéria, o Juiz que preside a Ajufe, Walter Nunes, comenta os atentados e reivindica maior proteção aos seus associados pelas autoridades competentes.

Em matéria publicada do Correio Braziliense (5), publicada em 18/10/2009, as jornalistas Alana Rizzo e Mirella D'Elia relatam uma série de ações criminosas praticadas em diversas cidades brasileiras contra magistrados. Por exemplo, o caso que aconteceu na cidade de Itambacuri, a 415 km de Belo Horizonte – MG, quando o Juiz Cláudio Schiavo Cruz, que decretara semanas antes a prisão de oito suspeitos de envolvimento com o assassinato de duas pessoas da mesma família, por causa de herança, recebeu em sua sala a notícia de que William Amaral, preso dias antes por porte ilegal de armas, ganhara a liberdade e estava na cidade para matar alguém. William era, na verdade, um pistoleiro profissional. Preocupado, Schiavo decretou a prisão preventiva do sujeito. Dois dias depois, soube quem era o alvo do bandido: ele próprio. O preço do serviço: R\$ 100 mil.

O pistoleiro foi localizado e preso em Mantenópolis – ES. Hoje está solto por decisão da Justiça. Um dos oito mandantes do crime responde ao processo em liberdade e, curiosamente, mora hoje em frente à casa do juiz. Magistrados e promotores chegaram a fazer um ato de desagravo ao magistrado. Schiavo evita falar sobre o plano de matá-lo, mas defende a organização urgente de um aparato de segurança para os magistrados.

Na mesma matéria, a jovem Renata Souza Dias, resume o que sente com a violenta perda do pai, o Juiz Sued Dias da Silva foi morto a tiros em 1987, em Mara Rosa, norte de Goiás. Jovem magistrado, Sued trabalhava em Colinas, município pertence a Tocantins quando passou a ser perseguido. “Ele ouvia falar que não era para mexer com determinados fazendeiros que tinham muito dinheiro. Mas queria fazer justiça e resolveu desengavetar processos que estavam parados. Criou inimizades e desafetos”. Mas não recuou. “Ele dizia que não era bandido para fugir”. Uma noite, tenso, pegou a estrada de madrugada rumo a Mara Rosa para tirar férias. Dirigiu o quanto pôde e não dormiu nem mesmo quando encostou o carro na beira da estrada para descansar.

À distância não o fez escapar da morte. Foi executado a tiros na varanda da casa dos sogros. “Minha mãe estava na rua e quando voltou tinha um monte de gente na porta gritando. Ela já sabia”. Renata e os dois irmãos estudaram direito. O mais velho recusa-se a falar sobre a morte do pai. E diz que vai passar no concurso da magistratura, mas não tomará posse. Uma espécie de protesto. Renata pensa diferente. “Quero seguir a carreira de juíza e fazer justiça à memória dele”.

Os casos de violência contra magistrados se intensificaram de tal maneira que o então Ministro Marco Aurélio de Melo, quando presidiu o Supremo Tribunal Federal, chegou a encaminhar um ofício aos governadores das 27 unidades da Federação requerendo garantias ao funcionamento do Poder Judiciário de todo o País. Uma transcrição do ofício foi enviada ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aos presidentes do Senado e da Câmara, presidentes de todos os tribunais do País (Justiça Comum, Federal, Eleitoral, Trabalhista e Militar) e presidentes de associações de classe da magistratura.

No documento, Marco Aurélio declarava:

O grau a que chegou o crime no Brasil. É preciso que as autoridades atuem. A segurança pública é um dever do Estado. É direito e responsabilidade de todos. E cumpre às unidades da Federação garantir o funcionamento do Poder Judiciário. Esse funcionamento – pelo mesmo nos dias de hoje – está abalado.

E continuou:

A repressão à criminalidade – e quando cogito de repressão ao crime eu atento também para as buscas da causa – por que se chegou a esse estágio? Isso é o que precisamos indagar e cobrar das autoridades constituídas.

A Justiça é obra do homem. Nós somos emoção e temos nossa formação humanística. A tentativa é de intimidação e eu receio que essa intimidação possa ocorrer.

Tenho sentido a preocupação da magistratura e, no ofício que estou dirigindo aos governadores saliento a necessidade de o Poder Executivo viabilizar o exercício do Poder Judiciário, dando segurança àqueles que têm o dever de cumprir e fazer cumprir as leis. (6)

No dia 2 de abril de 2003, a Revista Veja (7) publicou relevante matéria, na qual denuncia as ações do crime organizado contra a magistratura brasileira. A reportagem compara o assassinato de juízes brasileiros aos crimes praticados na Colômbia e Itália, país onde a máfia e o narcotráfico alastraram o seu poder.

Vários casos são descritos, como por exemplo, o do Juiz-Corregedor Antônio José Machado Dias, morto com três tiros no o, dentro de seu carro, quando deixava o fórum em Presidente Prudente, no interior de São Paulo. Em sua função, o juiz era rigoroso no tratamento aos detentos da região, entre os quais se incluíam líderes do Primeiro Comando da Capital (PCC), uma facção criminosa, e o traficante Fernandinho Beira-Mar. Relata também o caso do Juiz Alexandre Martins de Castro Filho, alvejado por três tiros quando chegava a uma academia de ginástica em Vila Velha, nos arredores de Vitória. O juiz auxiliava a força-tarefa federal criada para desbaratar o crime organizado no Estado.

A exemplificação de apenas alguns episódios que ocorrem com frequência no território nacional, permite uma reflexão mais aprofundada da fragilidade do sistema de segurança que oferece proteção a Magistratura. Ao analisar toda essa situação, é possível constatar que na atual conjuntura social, política e econômica ficam demonstrada a fragilidade das instituições, o poder do crime organizado e a dificuldade de tornar a atividade judiciária mais barata e acessível às classes menos favorecidas.

A unificação e o aparelhamento das polícias é uma questão polêmica a ser debatida pela sociedade e colocada em debates e propostas pelo Poder Legislativo. O País precisa de uma política de segurança bem definida e voltada para o combate a qualquer tipo de crime, reforma no Código Penal, reestruturação do sistema carcerário, aumento do número de juizados gratuitos oferecidos à população, entre outras soluções.

Infelizmente, ao analisar as questões de segurança, depara-se com um cenário preocupante. A segurança armada particular, através da formação de milícias, oferece proteção para aqueles que possuem o privilégio de poder pagar por um serviço que deveria ser oferecido pelo do Estado. Esse tipo de proteção torna-se cada vez comum diante da omissão e conivência das autoridades, e coloca da clandestinidade, policiais e criminosos, que acabam se misturando em ações que deveriam ser executadas pela polícia.

Segundo Elizabeth Cancelli, (8) “com raras exceções, a maioria dos Estados brasileiros, carece de um efetivo treinado, equipado e remunerado satisfatoriamente para poder enfrentar o crime organizado”. A falta de investimento nesse setor preocupa e deixa a sociedade cada vez mais descrente, e permite que as ramificações criminosas assumam o poder da autoridade ausente nas localidades desprotegidas.

O Estado do Rio de Janeiro, o mais belo cartão postal do Brasil, carece de uma política habitacional de desenvolvimento urbano que erradique as favelas e as localidades onde o tráfico de droga já se instalou e sedimentou bases. A falta de investimentos na área social, a perpetuação de políticos corruptos e a falta de comprometimento com o patrimônio público expõem à cidade a boa atuação das organizações não governamentais e ao mesmo tempo, ao risco das balas perdidas.

4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE SEGURANÇA

O planejamento estratégico de segurança abrange uma série de fatores que irão nortear a implantação da política de segurança a ser adotada. No caso em estudo, as principais características deste planejamento são o levantamento dos riscos reais, as linhas de ação e prevenção de risco, e, principalmente, a definição das prioridades na implantação de soluções.

O planejamento estratégico não deve ser considerado apenas como uma afirmação das aspirações dos executores do Plano Tático e sim a implantação de um planejamento científico visando à adoção de condutas ou metas que devam ser aplicadas para que suas aspirações se tornem realidade. (9)

As principais fases de um planejamento estratégico de segurança (10) são:

- 1) Definição dos objetivos do plano de segurança.
- 2) Diagnosticar a situação atual.
- 3) Levantamento da análise do risco.
- 4) Planejamento tático (objeto deste estudo).
- 5) Relação custo benefício.
- 6) Implantação do planejamento.
- 7) Controle e avaliação.

4.1 Planejamento tático de segurança

São ações que irão dimensionar os meios técnicos organizacionais e humanos a serem utilizados no cumprimento do planejamento já estabelecido. Para Fred Andrade (11), o planejamento tático deverá ser o mais operacional possível, visando alcançar os objetivos propostos combinando a eficiente prevenção com a rapidez na resposta contra possíveis ameaças.

Evitar atentados e ações criminosas contra autoridades e promover ações de segurança preventiva para toda a população é dever do Estado. A redução máxima do grau de risco da violência cotidiana só será possível, através da implantação de medidas severas elaboradas pelo comando responsável pela segurança nacional.

Tais medidas se tornam eficientes quando o planejamento tático adequado a cada situação passa ser aplicado corretamente. No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, um importante ato foi criado para definir não só as atribuições da Secretaria de Segurança, como também o respaldo para elaboração do planejamento estratégico de segurança para os eventos desta Corte de Justiça.

Essa relevante decisão esta contida no Ato 274, capítulo III, artigo 8º, de 29 de junho de 1999 (12), conforme descrito abaixo:

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 317 do Regimento Interno, RESOLVE:

[...]

Art. 8º À Seção de Segurança de Dignitários compete:

I - realizar a segurança pessoal dos Membros da Corte e das Autoridades em solenidades internas e externas, apoiando as atividades de segurança nos aeroportos, residências e outras localidades;

II - interagir com outros órgãos de Segurança, na execução de atividades comuns ou de interesse do Tribunal;

III - destacar agentes para, em missão precursora, fazer levantamento de visitas e/ou missões oficiais dos Membros da Corte, tomando as providências necessárias;

IV - interagir com a Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas no planejamento, execução e controle de atividades conjuntas;

V - vistoriar, quando autorizado, veículos, gabinetes e equipamentos de uso dos Membros da Corte;

VI - planejar e programar dispositivos de segurança em eventos de expressiva importância realizados pelo Tribunal, colaborando, quando for o caso, com a Seção de Segurança de Operações, no desempenho de suas funções;

VII - zelar pela disciplina interna e, no que lhe couber, pela boa reputação do Tribunal;

VIII - organizar e fazer cumprir a escala dos funcionários em serviço na Seção;

IX - registrar as ocorrências que fogem à rotina, comunicando-as à instância superior;

X - fornecer informações que visem subsidiar o planejamento da Secretaria;

XI - apresentar, quando solicitado, Plano Operacional, no âmbito de sua competência, para compor Plano Geral de Segurança;

XII - desempenhar quaisquer outras atividades típicas da Seção. (grifo nosso).

No artigo intitulado “A atividade de inteligência no combate ao crime organizado: o caso do Brasil” (13), do Consultor Legislativo do Senado Federal Joanisval Brito Gonçalves, é possível obter relevantes considerações sobre a atividade de Inteligência e sua aplicação no Brasil. Nesse artigo, o autor reforça a importância de uma ação coordenada entre os órgãos de inteligência Federais e

Estaduais no combate ao crime organizado, incluindo os demais seguimentos da sociedade em parceria com as polícias competentes na elaboração de ações mais complexas nas ações contra o crime.

Essas ações planejadas em parcerias estabelecem as diretrizes aplicáveis pelo planejamento tático no plano de segurança a ser estabelecido. Afirmo o autor que: "o trinômio cooperação, coordenação e controle, que, associado ao quarto elemento, a inteligência, pode conduzir à neutralização das ações criminosas".

No planejamento operacional em estudo a atividade de inteligência passa a ter papel fundamental na prevenção de ações criminosas, no fornecimento de dados úteis para a repressão aos delitos e para o estabelecimento de cenários e estratégias de atuação nas áreas de segurança pública e institucional.

O planejamento tático de segurança de dignitários começa a ser estabelecido com o recebimento da missão, ou seja, da incumbência pela autoridade do evento a ser realizado. É importante ressaltar que o sucesso da operação depende do perfeito entrosamento entre o chefe da equipe de segurança e o dignitário sob proteção, a partir do compartilhamento de contatos pessoais e confidências, essenciais ao planejamento e execução de todas as ações.

É a autoridade que irá definir o que é aceitável ou não para ela, pois diante disso será possível definir os ajustes necessários para a obtenção do grau máximo de eficiência e eficácia da missão. Uma autoridade nunca deve ser responsável pela sua própria segurança, cabendo ao chefe de segurança conscientizá-lo a aceitar os procedimentos que serão aplicados pela equipe.

No planejamento tático, o estudo da situação para a elaboração de um plano de ação se iniciará com uma reunião preparatória dos agentes responsáveis pela operação de segurança que definirá o grau de risco e a importância que envolve as autoridades envolvidas. Em eventos internacionais, o risco aumenta consideravelmente, sendo necessário estabelecer uma análise do comportamento do dignitário e a conjuntura atual de seu país.

Após a definição do risco e das autoridades envolvidas será possível estabelecer o objetivo a ser alcançado, as possibilidades para a execução e grau de

sigilo a ser estabelecido. A clareza da missão, a flexibilidade e a simplicidade das ações, além da economia dos recursos a serem empregados no plano, constituem aspectos básicos de um bom planejamento.

Antes do início do evento o chefe da segurança irá definir com a sua equipe uma estratégia de ação que se iniciará com um treinamento intensivo para todo o efetivo que irá participar das ações de segurança. Apesar da experiência em eventos anteriores, o agente de segurança jamais deverá de se preparar adequadamente para a missão com aprimoramento em atividades físicas, armamento e tiro, direção defensiva e ofensiva, defesa pessoal, radiocomunicação e curso de idioma falado no evento.

Após o preparo da equipe escalada a participar da missão será feita a escolha e definição das rotas alternativas e dos itinerários. Trata-se de um planejamento fundamental para o sucesso do controle estratégico de todos os deslocamentos dos comboios que irão transportar as autoridades envolvidas. Na escolha dos itinerários o chefe da equipe irá definir a periculosidade das rotas, seu ponto de fuga, o fluxo de veículos no horário do deslocamento do comboio, os pontos de apoio como hospitais delegacias e corpo de bombeiros, os pontos de risco como buracos, desvios, semáforos e outros bloqueios. Isso é fundamental, já que o comboio jamais deverá parar, já que tal ação compromete seriamente a segurança da autoridade.

O apoio logístico para embarque e desembarque das autoridades participantes do evento deverá ser previamente definido conjuntamente com os assessores responsáveis pela agenda do dignitário e o responsável pelo serviço de cerimonial do órgão organizador do evento. Quaisquer informações de alteração nos horários de chegada e partida dos vôos que conduziram os dignitários deverão ser informadas imediatamente ao chefe da segurança, visando não comprometer a operação de deslocamento dos comboios.

A segurança e apoio permanente nos locais de hospedagem e da realização do evento em que as autoridades estarão participando deverão ser definidos através previamente. Os agentes de segurança escalados deverão definir uma parceria com a gerência do hotel, visando à manutenção do sigilo da missão e constante troca de informações relevantes para auxiliar na perfeita vigilância do local.

O intercâmbio permanente com as equipes de segurança internacionais deverá ser estabelecido com a devida antecedência para que providências especiais sejam tomadas, como, por exemplo, caso haja necessidade de maior atenção com atenção aos hábitos, cuidados médicos e riscos que envolvam o dignitário.

Os materiais e recursos tecnológicos necessários para a equipe envolvida no evento deverão ser escolhidos, solicitados e testados com antecedência. Armas, viaturas, coletes, sinalizadores de trânsito, crachás, equipamentos de comunicação, reserva nos hotéis, funcionários bilíngües para reforçar a equipe de cerimonial, verba para refeição e treinamento dos agentes de segurança, combustível e outros deverão ser disponibilizados para que não haja falhas na execução da missão.

4.1.1 Execuções das ações preventivas de segurança nos eventos do Poder Judiciário

4.1.1.1 Formação e atuação das equipes de segurança

A execução das ações propostas no planejamento tático operacional começa com a divisão das equipes que atuaram na missão. Esse procedimento ocorre com certa antecedência quando as equipes formadas se dividem em segurança aproximada, velada e ostensiva, sendo que cada grupo terá o seu papel definido. (14)

A equipe de segurança aproximada atuará próxima à autoridade formando círculos de segurança, ou seja, utilizando técnicas de proteção conhecidas como formações em cunha ou losango, onde os agentes estabelecem uma barreira humana para proteger e preservar a integridade física e a imagem do dignitário. Nesse procedimento adotado pela equipe é fundamental estar atento contra possíveis emboscadas e a utilização de no mínimo um agente, atuando às costas da autoridade, papel conhecido como mosca.

Outro aspecto relevante no serviço de segurança aproximada refere-se ao controle de presentes e correspondências destinadas à autoridade. Toda a correspondência endereçada ao dignitário deverá ser vistoriada por equipamentos de Raios-X, sob a inspeção de agentes capacitados a operar esse tipo de máquina. O

risco de bombas, elementos químicos de alto poder lesivo e outras substâncias podem ser detectadas antes de ser entregues à autoridade.

A manutenção de contatos visuais entre a equipe ajuda a prevenir na identificação de comportamento destoante no meio do público. Sinais de embriaguez, surtos e alterações comportamentais que manifestem a agressividade de pessoas são perceptíveis e devem ter o cuidado redobrado da equipe de segurança na proteção do dignitário.

Haverá agentes atuando de maneira fixa, ou seja, no local de repouso ou alojamento da autoridade, e móvel, fazendo os constantes deslocamentos do dignitário. Essa equipe deverá atuar com no mínimo quatro integrantes e deverá estar sempre preparada para neutralizar as ações do suspeito, como também retirar com segurança o alvo protegido da ação inimiga.

A equipe de segurança velada tem o seu trabalho caracterizado pela descrição, ou seja, faz o trabalho de inteligência, caracterizado pela prestação antecipada de informações privilegiadas e sigilosas que auxiliaram o chefe da segurança. A sua atuação é imprescindível em qualquer trabalho de proteção a autoridades. A prestação do relato estratégico dos acontecimentos que poderão intervir na segurança do evento será repassada ao chefe através de rádio, celular ou mensageiro, sendo fundamental que haja a maior clareza possível no conteúdo transmitido. O trabalho da segurança velada diferencia daquele executado pela percussora, já que informa detalhes relacionados a condições de segurança, enquanto a percussora cumpre o papel de identificar apenas os itinerários, os pontos críticos e favoráveis ao deslocamento da autoridade.

A equipe de segurança ostensiva atua diretamente no apoio quanto à anulação ou intimidação de ações hostis, além da prevenção ou socorro nos casos de acidente que possam ocorrer na operação. Essa equipe será composta não só por agentes do Órgão, como também por policiais, bombeiros e profissionais de saúde. Essa equipe tem papel fundamental na participação dos comboios, equipes de segurança móvel motorizada que conduzem a autoridade nos seus deslocamentos. Qualquer alteração ou bloqueio dos itinerários deve ser solucionado imediatamente pela equipe ostensiva que atuará sempre em ações integradas e com o efetivo suficiente para agir.

4.1.1.2 Comboio

Comboio é a formação de certo número de veículos utilizados no deslocamento por itinerários previamente definidos. Participarão no mínimo dois veículos, sendo um deles para a autoridade, mas esse número aumentará de acordo com a importância da autoridade, o grau de risco, a disponibilidade de veículos e as características do evento.

A formação básica do comboio ideal deverá ter cinco veículos, sendo o primeiro posicionado intitulado carro-avançado que atua fazendo a varredura, ou seja, buscando detectar e informar alguma irregularidade no itinerário. Em seguida aparece o carro-piloto, que tem a missão de proteger como escudo o carro da autoridade. Aparece então o carro-executivo, o principal do comboio, já que conduz a autoridade, devendo preferencialmente ser blindado e possuir equipamentos de turbo compressor para impor a velocidade desejada numa eventual fuga. Logo atrás, aparece o carro-comando, responsável pela retaguarda do carro-executivo, devendo estar equipado com teto solar em forma de torre para auxiliar na utilização de armas pesadas pelos agentes que ocupam o veículo. E finalmente o comboio termina sua formação com o carro-reserva, que pode substituir o carro-executivo e também fazer a retaguarda do comboio.

A importância do comboio na proteção de dignitários é essencial para a proteção do dignitário, já que 80% das ações de seqüestro são realizadas nas ações de deslocamento motorizado. Todos os agentes envolvidos na formação do comboio deverão proceder à constante comunicação via rádio e conhecer os itinerários e seus pontos vulneráveis. É importante destacar que o comboio jamais deverá parar antes do local previsto, sob pena de por em risco a vida da autoridade. À distância entre o carro-comando e executivo não pode ultrapassar três metros, evitando assim que algum veículo suspeito possa se colocar entre os dois.

Alguns cuidados são fundamentais para a eficiência do comboio. A equipe deverá observar a entrada e saída de veículos suspeitos para evitar abordagens, o posicionamento do veículo estacionado deverá estar sempre pronto para sair, não parar para trocar pneu até o veículo chegar à local seguro, não parar em semáforos, jamais deixar o veículo sobre guarda de terceiros, não permitir a

aproximação de motocicletas e evitar deslocamentos atrás de veículos lentos como ônibus e caminhões.

Nas ações do comboio, o embarque e o desembarque da autoridade constituem o maior fator de risco desta operação, já que 90% dos atentados ocorrem nessas duas fases do deslocamento. Para evitar esse risco, as equipes envolvidas nesse tipo de operação deverão estabelecer procedimentos básicos de segurança.

No procedimento de desembarque, a equipe deverá estar atenta a qualquer tipo de ameaça ao dignitário, avançando o carro-comando a frente do carro da autoridade para facilitar aos agentes formarem a posição ideal para escolta do dignitário. Já no embarque, os procedimentos se repetirão quanto ao posicionamento dos veículos, porém a formação dos agentes deverá exigir o máximo de atenção para que o dignitário não corra nenhum risco ao adentrar no veículo escoltado.

4.1.1.3 Itinerários

A escolha da rota a ser percorrida pelo comboio, denominada itinerário, deverá exigir um bom planejamento da equipe de segurança. É preciso lembrar que os inimigos da autoridade, também possuem um eficiente serviço de inteligência pronto para identificar a rotina da autoridade e monitorar os deslocamentos do comboio.

O principal objetivo da equipe de segurança que atuarão na operação do comboio é desorientar os inimigos da autoridade, adotando estratégias que permitam a utilização de alternativas de horários, veículos, policiamento ostensivo ou não, sócias da autoridade, deslocamentos sem a presença da autoridade, enfim, táticas que confundam os adversários.

A equipe deverá alternar os horários de saída do comboio, definindo se haverá atrasos, antecipações ou um momento estabelecido em escala da semana. Esse fator deverá levar em conta a pontualidade da autoridade em cumprir seus compromissos, o fluxo de veículos na hora do deslocamento e a velocidade empregada nos veículos.

O momento de alerta máximo da equipe de segurança deverá ocorrer quando o comboio se aproximar dos locais de desembarque mais previsíveis como

residência ou trabalho do dignitário, já que nesse momento restarão poucas alternativas de itinerários. Nesse momento é importante verificar qualquer indício de aproximação suspeita, veículos estacionados ao longo do meio fio, próximos ao local de desembarque.

4.1.1.4 Emboscadas

São ataques utilizados pelos oponentes da autoridade de uma maneira planejada, de forma a surpreender a equipe de segurança e dificultar o máximo qualquer tipo de ação para socorrer o dignitário. Geralmente esse tipo de ação ataca o veículo da autoridade em momento de embarque ou desembarque, ou durante o deslocamento do comboio pelo itinerário percorrido.

As emboscadas, geralmente ocorrem em vias com saídas laterais, que são ideais para a execução de uma fuga, já que facilitam o acesso a vias de mão dupla, onde o trânsito e o fluxo de veículos contribuem para o sucesso desse tipo de ação.

Para evitar essa situação, a equipe de segurança deverá estar atenta a alguns procedimentos, tais como ter uma viatura sempre preparada para dar cobertura ao veículo da autoridade nos pontos mais críticos, dar especial atenção para os cruzamentos e semáforos, dialogar somente o necessário, manter o armamento pronto para utilização, manter a velocidade adequada comboio, evitar parar próximo a veículos fechados e outros.

Ao notar o bloqueio que caracteriza a emboscada, deverá o agente alertar e relatar o fato imediatamente ao restante do comboio, solicitar imediatamente reforços, cobrar o apoio do dignitário a colaborar com a equipe, tentar a todo custo retirar a autoridade do local enquanto o restante da equipe enfrenta os adversários, executar manobras emergenciais já previamente treinadas para facilitar uma fuga do bloqueio e qualquer outro tipo de ação que permita preservar a integridade da autoridade.

4.1.1.5 Proteção do dignitário durante o evento

A partir desta etapa, as ações minuciosamente planejadas exigirão um maior grau de preparo de toda equipe envolvida, já que nesse momento a

autoridade começa a manter aproximação física com outras pessoas, e dependendo do local e do tipo de evento, o risco envolvido aumentará significativamente.

“É nesse momento que se torna imprescindível o trabalho da segurança velada, ou seja, a inteligência, que deverá atuar mapeando os fatores de risco e informando ao chefe da operação” (15). O agente deverá observar o local de embarque e desembarque, os locais de estacionamento dos veículos do comboio, manter contato permanente com os responsáveis pelo evento, conhecer o programa de atividades do evento, conhecer os horários de início e encerramento das atividades, saber o local destinado ao dignitário, conhecer a seqüência do evento, obter a lista dos convidados, garçons e demais participantes do evento, e fornecer ao chefe da segurança qualquer outra informação que julgar importante.

Alguns aspectos precisam ser relevados pelo responsável da operação de segurança: Os locais de menor amplitude para realização dos eventos, são considerados de auto risco para a segurança do dignitário, já que um pequeno incidente poderá causar um tumulto incontrolável, permitindo que a autoridade possa ser atacada facilmente. Nesses locais, a triagem de convidados fica comprometida e o aparecimento de penetras e elementos de alta periculosidade poderão se infiltrar, tornando a segurança do dignitário ainda mais vulnerável.

Também aqueles locais que não possuem área de estacionamento e heliportos, poderão criar dificuldades para um plano de evacuação emergencial, o que frustraria o sucesso da operação. Locais próximos a postos de combustível surgem como uma grande ameaça a ataques terroristas, já que a explosão de uma bomba nesse local traria conseqüências desastrosas para todos. É possível citar também outros locais que significam um auto risco para a segurança das autoridades como aqueles que possuem apenas uma via de acesso, andares superiores de edifício, edificações sem saída de emergência, terrenos desfavoráveis ao trânsito de veículos e outros.

Após a obtenção de todas essas informações, o chefe de segurança ordenará que a equipe faça uma varredura no local do evento. A equipe deverá checar os elevadores, casa de força, instalações elétricas, centrais de ar condicionado, aquecimento, exaustor, terminais telefônicos, garagens, vasos e

arranjos florais, cozinha, banheiros, esgotos, lixeiras, vias de acesso e escoamento e qualquer outro ponto que seja identificado como suspeito.

Em seguida, o responsável pela operação determinará o número de agentes, seu posicionamento do local e as suas responsabilidades na operação. Deverá também fazer o controle de acesso do público, estabelecendo os locais de entrada e saída das autoridades, utilização de cordas de isolamento entre o público e autoridades, adoção de medidas emergenciais caso haja pane elétrica, problemas de saúde da autoridade e principalmente a identificação das pessoas que manterão contato com a autoridade.

Em relação à segurança física da autoridade, a equipe deverá colocar a autoridade com as costas sempre voltadas para a parede visando facilitar a formação do escudo humano em caso de algum ataque. A autoridade jamais deverá ficar próxima de portas e janelas ou de um plano de destaque para evitar uma exposição desnecessária às ações do inimigo.

As ameaças à integridade física do dignitário que poderão ser neutralizadas com eficiência pelos agentes são os ataques verbais, através de ofensas e os ataques físicos, através de socos, pedradas e pauladas. Nesse momento a equipe deverá formar uma barreira física sobre a autoridade e retirá-lo do local o mais rápido possível. Já nos ataques de bombas e armas o agente deverá, primeiramente, gritar a palavra alerta, como “BOMBA” ou “RIFLE” para alertar aos demais agentes e, em seguida, deitar-se sobre a autoridade, criando uma espécie de escudo humano para proteção do dignitário.

Em eventos como coquetéis, jantares, audiências, entrevistas, assinatura de atos e almoços é necessário que a autoridade permaneça no mesmo local, evite deixar suas costas desprotegidas, evite filas de cumprimentos, evite ocupar a mesa do centro do salão e também observar a separação mínima entre o local do coquetel e do jantar. Tais fatores facilitam a execução de um plano de retirada do dignitário em situações emergenciais.

5 CONCLUSÃO

A observação das falhas de segurança em atentados contra autoridades internacionais permitem estabelecer o perfil psicológico, a motivação e a maneira de atuar dos criminosos envolvidos. Essas observações conduzem à força policial a criação de estratégias que visem alcançar alternativas que diminuam o grau de risco na segurança pessoal do dignitário. Todo conhecimento para o desenvolvimento de táticas operacionais de segurança só foi alcançado após a observação de falhas que expuseram a vulnerabilidade da proteção oferecida.

Os procedimentos apresentados nesse estudo, executados a partir de um planejamento operacional, se tornaram comprovadamente eficazes no cumprimento dos objetivos propostos. As ações de segurança são fundamentais para proteger a vida das autoridades e seus familiares. Independente da complexidade do evento e da quantidade de autoridades presentes é possível estabelecer um plano seguro e suas variáveis a partir de um planejamento tático bem elaborado. Através do mapeamento dos riscos, alternativas de proteção ao dignitário, qualidade no treinamento das equipes, aquisição de equipamentos confiáveis, mobilização de efetivos de apoio e, principalmente a confiança da autoridade nas ações desenvolvidas para sua proteção, é possível comprovar a relevância do serviço de segurança.

As operações de comboio, definição de itinerários, ações contra emboscada, segurança pessoal do dignitário e inteligência reduzem comprovadamente os riscos e facilitam o trabalho da equipe de segurança. Porém, a aplicação de todas essas ações depende da liberação de recursos para a aquisição de equipamentos, viaturas, treinamento, armas e principalmente da regulamentação de Leis.

No Brasil, é possível perceber que a proteção de dignitários do Poder Judiciário está sendo feita de maneira precária e amadora, principalmente pela falta de um exclusivo efetivo qualificado para assumir essa relevante missão. Os efetivos policiais na área estadual, federal e municipal não devem priorizar a proteção a magistrados, já que o Estado não se dispõe a aplicar consideráveis recursos voltados apenas para um determinado grupo de agentes públicos.

Atualmente tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 358, que cuida da reforma do Poder Judiciário. Um dos artigos desta proposta trata justamente da permissão para que o Poder Judiciário tenha competência para criar e regulamentar o funcionamento da sua própria polícia. A aprovação desta proposta poderia ajudar a solucionar o problema, já que os quadros de pessoal dos Tribunais e Órgãos do Poder Judiciário contam atualmente com uma considerável quantidade de Agentes de Segurança Judiciários dispostos a assumir esse papel. Além do efetivo apropriado e capacitado, tal medida não acarretaria em grandes custos para a União. Além do mais, a própria Associação Nacional dos Magistrados (Anamatra) aceita e apóia tal medida para amenizar as ameaças que intimidam seus membros, principalmente nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Rondônia e Paraná.

Após analisar a complexidade envolvida no estabelecimento de um plano tático operacional de segurança, é possível concluir que de nada adianta resolver uma questão de segurança individual sem observar e diagnosticar tudo aquilo que afeta o cenário em que o magistrado está envolvido. Apesar de não se tratar do objeto principal deste estudo, é importante estabelecer uma breve análise da conjuntura social em que vivemos.

A redução de riscos à segurança pessoal dos cidadãos só será possível com a transformação do atual cenário social, através da implantação de políticas voltadas para a formação e educação dos cidadãos. A desigualdade social, o desemprego, a marginalidade e o crescimento desordenado das metrópoles são fatores que ajudam a desencadear a violência urbana.

É injusto apontar somente o fraco desempenho da atuação policial como consequência do aumento da criminalidade. A organização da força policial disponível, com a melhor distribuição do efetivo, permitiria um melhor aproveitamento das ações de segurança e conseqüentemente a diminuição dos altos índices da violência urbana. A aplicação imediata de investimentos que permitam a implantação de uma política de segurança voltada para todas as classes sociais deveria ser a primeira medida a ser adotada pelo governo com o mínimo de comprometimento com a soberania nacional.

Cabe ao Poder Legislativo um estudo abrangente e a criação de leis que sirvam para adequar a força policial à necessidade de segurança da população. O ideal seria a participação de setores sociais e governamentais no trabalho das comissões parlamentares na elaboração de propostas. Na atual conjuntura econômica, a unificação da força policial, com o baixo custo a ser aplicado nesse tipo de política, permitiria o surgimento de alternativas viáveis para a diminuição da criminalidade.

REFERÊNCIAS

- 1 SILVA, Abinael Alves da. **Agente de segurança de dignitários**. Brasília, 2009, 60 p. Monografia de Pós-Graduação em Segurança Pública e Direitos Humanos. Centro Universitário Unieuro, 2009. Disponível em: <<http://portal.cjf.jus.br/cjf/banco-de-conteudos-1/agente-de-seguranca-de-dignitarios>>. Acesso em: 27 abr. 2010.
- 2 BANCO DE DADOS FOLHA. **John Fitzgerald Kennedy**. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo_23nov1963.htm>. Acesso em: 5 maio 2010.
- 3 WILKIPÉDIA. **Tentativa de assassinato de Ronald Reagan**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tentativa_de_assassinato_de_Ronald_Reagan>. Acesso em: 30 abr. 2010.
- 4 ALVES FILHO, Francisco. A justiça ameaçada. **Revista Isto É**. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/2012/artigo89700-1.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2010.
- 5 RIZZO, Alana; D'ELIA, Mirella. Mandantes de crimes contra magistrados ficam impunes. **Correio Braziliense**, 18 out. 2009. Disponível em: <<http://www.correio.braziliense.com.br/app/noticia182/2009/10/18/politica,i=149035/MANDANTES+DE+CRIMES+CONTRA+MAGISTRADOS+FICAM+IMPUNES.shtml>>. Acesso em: 30 abr. 2010.
- 6 UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO. Disponível em: <<http://direito.unaerp.br/page=noticias&id=332>>. Acesso em: 30 abr. 2010.
- 7 REVISTA VEJA, n. 1796, 2 abr. 2003. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/020403/p_078>. Acesso em: 5 maio 2010.
- 8 CANCELLI, Elizabeth. **Histórias de violência, crime e lei no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
- 9 PEREIRA, Nilton José Costa. **Planejamento estratégico em segurança pública**. Disponível em: <<http://www.observatorioseguranca.org/pdf/>>. Acesso em: 5 maio 2010.
- 10 ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO. **Níveis de planejamento estratégico**. Disponível em: <<http://www.administracaoegestao.com.br/planejamento-estrategico/niveis-de-planejamento/>>. Acesso em: 5 maio 2010.
- 11 ANDRADE, Fred. **Segurança: do planejamento à execução**. São Paulo: CIPA, 2003.
- 12 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Ato n. 274, de 29 de julho de 1999**. Aprova o Regulamento dos Serviços da Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros, em conformidade com a Resolução n. 1, de 25/3/1998. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/jspui/handle/2011/2641>>. Acesso em: 5 maio 2010.

13 GONÇALVES, Joanisval Brito. **A atividade de inteligência no combate ao crime organizado**: o caso do Brasil. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/6615/6182>>. Acesso em: 5 maio 2010.

14 SOLUÇÃO.COM. **Segurança de dignitários**. Disponível em: <<http://www.jwd.com.br/solucao/arquivos/seg-dignitarios.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2010.

15 CAVALCANTE, Vinícius Domingues. **A segurança de autoridades**. Disponível em: <http://www.viaseg.com.br/artigos/seguranca_autoridades_vinicius.htm>. Acesso em: 5 abr. 2010.